

O processo de institucionalização da instrução primária na Província de Goiás no século XIX

FERNANDA SOARES REZENDE*

HENRIQUE MARTINS DA SILVA**

Resumo

Este trabalho insere-se nas discussões acerca da História da Educação e objetiva problematizar as características do processo de desenvolvimento da instrução primária em Goiás. O recorte histórico estabelecido compreende os anos de 1835 a 1888, período que apresenta maior incidência dos debates acerca do tema. O trabalho tem caráter historiográfico e utiliza-se de fontes documentais referentes à história da educação goiana. A saber: os Relatórios dos Presidentes de Província, os relatórios de inspetores da Instrução Pública e a legislação Educacional vigente no período.

Palavras-chave: Instrução Primária; Goiás; Institucionalização da Educação.

The process of institutionalization of primary instruction in the Province of Goiás in the 19th century

Abstract

This work is part of the discussions about the History of Education and aims to problematize the characteristics of the process of development of primary instruction in Goiás. The historical cut established comprises the years of 1835 the 1888, during which period there is a greater incidence of debates about the theme. The work is historiographical and uses documentary sources referring to the history of education in Goiás. These are: the Reports of the Presidents of the Province, the reports of inspectors of the Public Instruction and the educational legislation in force in the period.

Key words: Primary instruction; Goiás; Institutionalization of Education.



* FERNANDA SOARES REZENDE é doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH-UFG).



** HENRIQUE MARTINS DA SILVA é doutorando em História pela UFG.

Introdução

O século XIX é caracterizado como um período de intensos debates e realizações no campo educacional brasileiro. E compreende o momento em que a escola contemporânea começou a ser gestada e orientada por ideias e padrões culturais buscados em modelos importados. Nesse sentido, a instrução pública passou a ser eleita como modelo de investimento para a construção da nação, haja vista que era necessário investir nas crianças e na juventude para aproximar o Brasil dos padrões de países europeus considerados “civilizados”.

A Província de Goiás, com todas as suas peculiaridades, assim como em outros lugares, vivenciou no período imperial, de acordo com Faria Filho (2010), uma instrução entendida: “(...) como um mecanismo de governo [permitindo] não apenas indicar os melhores caminhos a serem trilhados por um povo livre, mas também [evitando] que esse mesmo povo se desviasse do caminho traçado” (FARIA FILHO, 2010, p. 137).

Em face disso, o processo de institucionalização do espaço da escola na Província de Goiás do século XIX, bem como a expansão da oferta da instrução primária e a formação docente são fatores que marcaram o período Imperial brasileiro e, influenciaram, sobremaneira, a história da educação goiana. Deste modo, compreender como esse processo se consolidou e o que dele resulta é fundamental para entendermos os interesses políticos da elite goiana. Além disso, a respectiva investigação nos permite reconstruir uma parte importante da historiografia goiana em seus aspectos políticos, sociais, econômicos e, principalmente, educacionais.

Por conseguinte, é a partir desta perspectiva que apresentamos este artigo, que está integrado ao campo de investigação da História da Educação. Portanto, dedica-se ao estudo histórico e a construção de conhecimentos direcionados ao campo da Educação, a partir do encontro das dimensões cultural, histórica e das políticas educacionais.

Com efeito, levando em consideração a interpretação dos relatos produzidos pelas fontes utilizadas e pensando metodologicamente, utilizamos a análise do discurso¹. Considerando-se que os discursos são: “(...) feitos de signos, mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas, compete ao analista designar esse “mais”.” (FOUCAULT, 1986, p. 56).

Por se tratar de uma pesquisa empírica e teórica, o procedimento a ser adotado será hermenêutico², isto é, pautado na comparação e interpretação das fontes e da bibliografia sobre o assunto. Dessa forma, por meio do trabalho de

¹ A análise do discurso compreende uma teoria que tem como objeto de estudo o próprio discurso. E sua produção acontece na história, por meio da linguagem, uma das instâncias por onde a ideologia se materializa (CAREGNATO; MUTTI, 2006).

² A hermenêutica tradicional se refere ao estudo da interpretação de textos escritos, especialmente nas áreas de literatura, religião e direito. A hermenêutica moderna ou contemporânea engloba não somente textos escritos, mas também tudo que há no processo interpretativo. Isso inclui formas verbais e não verbais de comunicação, assim como aspectos que afetam a comunicação, como proposições, pressupostos, o significado e a filosofia da linguagem e a semiótica. A hermenêutica filosófica refere-se principalmente à teoria do conhecimento de Hans-Georg Gadamer, desenvolvida em sua obra *Verdade e Método (Wahrheit und Methode)*, e algumas vezes a Paul Ricoeur.

catalogação, renovação e ampliação das fontes pertinentes ao tema, almejamos contribuir para a produção da historiografia educacional brasileira e, sobretudo, a regional. Tendo em vista que para Alessandra Santos (2016), o processo de renovação, no qual objetos e fontes são ampliados e diversificados está, essencialmente, associado com o consequente avanço da produção da historiografia educacional brasileira³ (SANTOS, 2016).

As fontes privilegiadas por este estudo são os Relatórios dos Presidentes de Província⁴, os relatórios de inspetores da Instrução Pública⁵ e a Legislação

Educacional. Os referidos documentos são fundamentais, haja vista que nos informam sobre o funcionamento do sistema público de ensino na Província, em seus inúmeros aspectos, dentre eles: a política, os modelos educacionais, exames escolares, mecanismos utilizados no controle e vigilância do ensino, dentre outros.

A partir do respectivo propósito, nosso recorte compreende o período de 1835 a 1888. Momento que perpassa a produção dos primeiros doze volumes dos Relatórios dos Presidentes de Província e a produção da Lei de Instrução Primária. O referido recorte temporal se deve as diversas referências acerca da instrução primária presentes na documentação, como podemos evidenciar nos relatórios emitidos pelos Presidentes de Província e na legislação do período.

Além disso, a abordagem do presente estudo se insere nos debates que vêm ocupando o atual panorama da historiografia da educação brasileira, no qual é possível apreender que temas e períodos até então não privilegiados pelas pesquisas passaram a despertar

³ “A partir dos anos 1950 e 1960, começa a se configurar um campo de pesquisas em História da Educação, sendo criados o *Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais* (RJ), os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais – INEP (PE, BA, MG, SP e RS), e a partir dos anos 80 o Grupo de Trabalho de História da Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Nos anos 90, temos grupo de estudos e pesquisas como “História, Sociedade e Educação no Brasil” e a Sociedade Brasileira de História da Educação” (VIDAL; FARIA FILHO, 2003, p. 58-59).

⁴ Os Relatórios dos Presidentes da Província de Goiás analisados, correspondem do terceiro ao décimo segundo volume (1835 - 1879) da Coleção *Memórias Goianas*. Sendo esta uma: “(...) coleção publicada e editada pela Sociedade Goiana de Cultura e Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC), da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), desde 1982 e que conta atualmente com dezessete volumes. A partir de seu terceiro volume, em 1986, dá continuidade à coleção com a publicação dos Relatórios dos Presidentes da Província de Goiás e de Governadores do Estado de Goiás (1835-1917)” (ALMEIDA, 2000, p. 16).

⁵ “A criação da Inspeção de Instrução Pública era discutida no Brasil desde o início do Império. Até então, a administração do ensino público ficava centralizada no gabinete do Ministro do Império da Corte, e nos gabinetes dos presidentes das províncias. Pelo regulamento Couto Ferraz (1854), ficava evidente que toda a parte administrativa de

fiscalização, execução e funcionamento do ensino passou do gabinete ministerial para a Inspeção Geral. As inspeções, ou diretorias de ensino, se constituíram durante o século XIX, indicando mais um movimento do lugar de importância da instrução que se instalava definitivamente na burocracia estatal. Estes órgãos correspondem, no período, às Diretorias de Ensino nos primeiros anos republicanos e mais tarde às Secretarias da Educação” (SANTOS, 2016, p. 19). “O relatório do inspetor geral da instrução pública era uma síntese dos relatórios dos inspetores paroquiais que, por sua vez, resumiam os relatórios (mapas das aulas) mensais, trimestrais e anuais dos professores. Esses mapas gerais apresentavam de forma sintética a prática pedagógica empregada e a vida escolar dos alunos” (ABREU, 2006, p. 23-24).

novos interesses, por intermédio de novas investigações (SANTOS, 2016). Ademais, o problema que conduz este trabalho foi pensando em meio a uma série de questões. Tendo em vista que, o processo de institucionalização da instrução primária em Goiás no Oitocentos, representa uma resposta à necessidade básica de instrução e pelo aumento da demanda social por habilidades como ler, escrever, contar e rezar.

Nesse sentido, partimos dos seguintes questionamentos: Qual era o público alvo desse processo de institucionalização da instrução primária? Como funcionavam as escolas da Província goiana? Qual era a relação entre a instrução pública e o ideal de progresso no período em questão? Quais eram as condições de existência na Província de Goiás nesse período? Quais eram os embates e as disputas políticas e sociais que circunscreviam o ensino da época?

Para tanto, objetivamos analisar como ocorreu o estabelecimento do espaço da escola, a expansão da oferta da instrução primária e a formação docente. Fatores que marcaram o período imperial brasileiro e, influenciaram, sobremaneira, a história da educação goiana.

A produção historiográfica educacional em debate

A partir da década de 1980, a produção educacional brasileira passou por um processo de renovação e ampliação de seu campo de pesquisa. Nesse sentido, os pesquisadores têm reformulado antigas temáticas, restaurado novos objetos de estudos e incluído novos temas, integrando, deste modo, novos padrões de pesquisa, como também a crítica documental e problematização

das fontes. Para tanto, os intelectuais influenciados por essa nova forma de escrever a história da educação, começaram a interessar-se pelo século XIX, fato que tem proporcionado: “(...) olhar a educação escolar no Império de um ponto de vista enriquecido” (HILSDORF, 2003, p. 41). Episódio que tem consentido novos olhares sobre a instrução primária brasileira.

No que diz respeito à produção historiográfica no âmbito educacional goiano, destacam-se, dentre outros, os trabalhos de Genesco Bretas *História da Instrução Pública em Goiás* (1991), Nancy Ribeiro de Araújo e Silva *Tradição e renovação educacional em Goiás* (1975), Maria Teresa Canezin e Walderês Nunes Loureiro *A escola normal em Goiás* (1994) e Basileu Toledo França *Velhas escolas* (1998). Entretanto, destes apenas Genesco e Nancy analisam a instrução goiana no período imperial. O trabalho proposto por ambos é de grande relevância, sobretudo, no que diz respeito à instrução pública primária em Goiás no Oitocentos.

É diante do presente cenário que se insere este texto, que lançando mão das fontes oficiais, apresenta como objeto de estudo a instrução primária em Goiás no século XIX. Haja vista que, tanto as fontes como a historiografia selecionadas se constituem como leitura imprescindível, na medida em que elucidam sobre como transcorreram os processos de consolidação da escola como espaço próprio de ensino, do professor como especialista do processo de ensino e do Estado como dirigente e regulador da instrução pública para a formação do povo brasileiro (GUARANY; CERQUEIRA, 2012).

Destacamos que a escolha, da terminologia “instrução primária”

ocorreu em virtude de a nomenclatura estar presente em toda a documentação do período imperial, uma vez que o termo “educação” só seria empregado, a *posteriori*, no período republicano. Conforme denotam Pessanha e Brito:

(...) tomando como base discussões travadas entre o Ministério dos Negócios do Império e a Inspeção Geral de Instrução da Corte, que remete à preocupação desta última com a definição do que seria instrução e educação. Assim, [...] a instrução ligava-se à noção de ensino de matérias de primeiras letras ou de estudos secundários – função exercida pelos estabelecimentos que apenas admitiam alunos externos, e nele permaneciam apenas o tempo necessário às lições; quando, porém, o aluno era meio-pensionista ou interno, a instituição também seria responsável por sua educação – no sentido de formação moral na qual a disciplina ocupava um papel importante (PESSANHA; BRITO, 2014, p. 241).

A escolha de Goiás como *locus* privilegiado, implica considerar que a produção historiográfica no âmbito educacional ainda é tímida na região. E chama a atenção para a importância de refletir sobre o território, a partir do enfoque que ressalta os estudos sobre a instrução pública goiana no Oitocentos, elemento primordial para a construção da história regional de Goiás. Deste modo, almejamos historicizar como ocorreu o processo de institucionalização da instrução pública primária em Goiás, acessada mediante a leitura das práticas e das representações sobre o atendimento escolar, veiculadas ao discurso da época, inscritos, sobretudo, mediante as suas condições de produção.

A Instrução Primária em Goiás no século XIX

O estado da arte que configura nosso referencial teórico, isto é, como esse tema se insere de forma geral no campo de investigação da História da educação, como foi e como tem sido tratado pelos historiadores e educadores, constitui um repertório de indagações, pistas, relações e contradições que pretendemos trabalhar, como forma de historicizar esse momento histórico e trazer o passado a luz do presente, ou nas palavras do historiador Reinhart Koselleck: “Promover atualizações de futuro” (KOSELLECK, 1979).

A saber, essas “atualizações de futuro” são uma forma de pensar as relações entre as dimensões temporais passado, presente e futuro. Em específico, pensar as temporalidades que constituem o século XIX em Goiás, juntamente com os embates e movimentos políticos, sociais, culturais e econômicos do período, partindo do particular em direção ao geral e vice-versa. Deste modo, pensar essas temporalidades é fundamental para entendermos o processo de institucionalização da instrução primária em Goiás no século XIX. Considerando-se que, no período em questão, foram constituídas as bases da instrução pública, fato que propiciou a difusão da escola popular.

Nesse contexto, Schelbauer (2005), considera o século XIX como o “século da instrução primária” por ter sido a ocasião que culminou na intervenção do Estado na criação da escola primária obrigatória, laica e gratuita. Assim, a instrução passou a ser vislumbrada enquanto um mecanismo para civilizar, moralizar os indivíduos e propiciar o progresso intelectual da nação (FARIA FILHO, 2010; HILSDORF, 2003).

Deste modo, no decurso do período analisado, a instrução pública goiana foi assinalada enquanto condição primordial para o acesso a tão almejada posição de país civilizado⁶, com progresso material e moral. A saber, os relatórios dos Presidentes de Província fazem referência à instrução primária como o “ponto de partida”, como “base em que deve assentar o edifício social” (MEMÓRIAS GOIANAS 4, 1996, p. 16-17). Conforme pode ser observado na fala do Presidente da Província, Dr. Francisco Januária da Gama Cerqueira:

[...] senhores, não conheço nas sociedades modernas interesse algum que deva ser anteposto aos da instrução *[sic]* e educação do povo. Sendo ella *[sic]* a condição essencial de todo e verdadeiro progresso e felicidade publica, justificados estão previamente todos os disvelos *[sic]* e sacrifícios, que empregardes a melhora-la (MEMÓRIAS GOIANAS 7, 1997, p. 139-141).

A vista disso, no decurso do século XIX, as escolas de primeiras letras receberam uma nova roupagem, pois as reformas educacionais estabelecidas visavam cumprir o dispositivo constitucional de universalização da instrução primária. E este, por sua vez, estava intimamente relacionado com a demanda social do período. Assim, somente com a Lei n. 13, de 23 de julho de 1835⁷, Goiás recebe a primeira lei de instrução pública⁸.

⁶ A noção de civilização utilizada neste projeto não deve ser vislumbrada enquanto uma simples: “(...) suavização de maneiras” (ELIAS, 1990, p. 54), mas como um modo de ser resultante de um processo civilizatório “(...) que arranca[va] a humanidade da ignorância e da irracionalidade” (CUCHE, 1999, p. 22).

⁷ Em 1837, o então Presidente da Província Luiz Gonzaga de Camargo, profere os seguintes

Em 1831, o Presidente da Província José Rodrigues Jardim, publicou diversos editais de concurso público com a finalidade de preencher as cadeiras ociosas no magistério. Momento em que, o Ato Adicional de 12 de outubro de 1834 conferiu permissão para que as províncias pudessem criar e manter os estabelecimentos de ensino primário e secundário, em consonância com suas necessidades e interesses. Todavia tal permissão foi condicionada a prestação de contas ao poder central através de relatórios. E na medida em que estes descrevem de forma minuciosa aspectos da instrução pública goiana, se tornam fonte indispensável para o presente trabalho.

Consoante a isso, José Rodrigues Jardim considera que a instrução

dizeres acerca da Lei n. 13, de 23 de julho de 1835: “A Lei Provincial de 23 de Julho de 1835 sub N° 13 tem sido posta em execução *[sic]*, e promete vantagens em vista do crescido numero de alunos *[sic]*, que frequentáráo *[sic]* as Aulas este anno *[sic]*: não tem apparecido *[sic]* oppositores *[sic]* a algumas Aulas, e taes *[sic]* há que pela insalubridade *[sic]* dos lugares, em que se achão *[sic]* estabelecidas, e pela mesquinhez de seos *[sic]* Ordenados, tarde serão *[sic]* providas” (MEMÓRIAS GOIANAS 3, 1986, p. 68).

⁸ “A capitania de Goiás, nos seus primeiros 65 anos de existência, não teve escolas. A escola régia em Goiás durou 37 anos, entre 1788 e 1825. As quatro primeiras escolas de instrução primária foram criadas por D. Maria I (...). No governo de João Manoel de Menezes foram criadas mais cinco escolas, entre 1800-1801, nas seguintes localidades: Anta, Santa Cruz, Pilar, Traíras e Natividade. (...) No governo de Lino de Moraes (1827-1831), cinco escolas estavam em funcionamento das seis existentes. Mesmo assim ele criou algumas escolas: sete de ensino mutuo (...) treze de ensino individual (...) e duas de meninas (...). Porém essas cadeiras não foram preenchidas, permanecendo em funcionamento somente as já existentes” (ABREU, 2006, p. 23). Contudo, apenas duas escolas femininas foram criadas em Goiás (BRETAS, 1991).

pública é a base mais sólida dos governos livres, sendo, portanto: “[...] a móla *[sic]* que mais influe na prosperidade das Nações” (MEMÓRIAS GOIANAS 3, 1986, p. 22). Nesse sentido, anseia que os filhos da Província: “[...] sejam *[sic]* educados na verdadeira moral, e na obediência das Leis” (MEMÓRIAS GOIANAS 3, 1986, p. 57). Deste modo, defende que somente pela observância das leis é possível alcançar paz e tranquilidade, sendo esta a base de toda a felicidade.

Com base nisso, podemos verificar por parte da administração dos Presidentes de Província o cuidado em cumprir os dispositivos legais do período, sendo eles: a Constituição Federal de 1824, a Lei n. 13, de 23 de julho de 1835 e os regulamentos de Instrução de 1884 e 1887⁹.

Percebemos, assim, que inúmeras imagens são afirmadas e reafirmadas com o intuito de atribuir sentido à instrução pública em Goiás. Para tanto, buscou-se reforçar a sua importância para o progresso, para a felicidade pública e para a modernização da sociedade. A saber, nessa matriz discursiva, encontramos ainda as significações atribuídas à experiência de escolarização, a moralidade e o ambiente higiênico que deveriam nortear o funcionamento das escolas e da ação educacional (SANT'ANNA, 2010). Tendo em vista que: “[...] se o Estado obriga o pae *[sic]* de família a

mandar seu filho para a escola, deve ter bons professores, e escolas em condições higienicas *[sic]* e moralizadas *[sic]*” (MEMÓRIAS GOIANAS 12, 1996, p. 32-39).

Desta forma, emerge a articulação entre instrução, progresso, modernização e civilização como modo estruturante da: “(...) maneira de viver, de ver e de fazer a própria existência” (CASTORIADIS, 2000, p. 175), da sociedade brasileira do século XIX e, por desdobramento, da sociedade goiana do período. A vista disso, a difusão da instrução pública em Goiás se deu por intermédio da estratégia para retirar o país do “atraso” e colocá-lo entre as nações ricas e “civilizadas”. No que diz respeito a questão da civilização indígena, Maria Oliveira e Leandro Rocha elucidam que:

As autoridades provinciais faziam em seus discursos, constantemente referências à necessidade de promover a “civilização” dos índios com o argumento de que a lavoura se ressentia de braços. A fórmula para se alcançar a civilização seria, então, a catequese, desde que esta fosse auxiliada pelo ensino das “primeiras letras” e pelo aprendizado dos “ofícios”. (OLIVEIRA; ROCHA, 2014, p. 88).

Consoante a isso, se faz necessário observar que tudo o que diz respeito à instrução pública goiana nos remete ao seu momento de produção. Haja vista que é necessário considerá-la em sua: “(...) formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 2002, p. 43).

Assim, é imprescindível observar que a instrução pública goiana, durante o

⁹ “O regulamento de 1887 estabelecia que as escolas seriam fiscalizadas pelo inspetor geral, pelo delegado literário e pelo Conselho Diretor. O Conselho Diretor compunha-se do Presidente da Província, do delegado especial, do inspetor geral da instrução publica da corte, do inspetor geral de instrução publica da Província, do presidente da Câmara Municipal da capital e de dois professores do Liceu” (ABREU, 2006, p. 44).

século XIX, encontra-se intimamente associada aos ideais de modernidade, civilização, construção e progresso da nação. Conforme pode ser observado na fala proferida em 1875 pelo então Presidente de Província Dr. Antero Cícero de Assis:

[...] para, educando o povo, em todas as suas diversas camadas sociaes [sic], abrir mais vastos horizontes ao aperfeiçoamento humano em todas as suas relações de vida, quer physicas [sic] quer moraes. Nem era possível sel-o [sic] porque não há presentemente quem desconheça que em taes [sic] princípios, na sua propagação consiste essencialmente a felicidade publica”. (MEMÓRIAS GOIANAS 12, 1999, p. 28)

Imagens estas que foram significadas e reiteradas tanto nos discursos dos Presidentes de Província, como nos Inspectores de Higiene e, sobretudo, os discursos educacionais no século XIX. Nas palavras de Sant’anna: “Constrói-se uma memória acerca da educação e de seu papel na construção da nação, projetada como moderna, civilizada, com progresso material e moral” (SANT’ANNA, 2010, p. 34).

Entretanto, a “estratégia civilizadora” do projeto educacional do governo imperial deve ser vislumbrada de forma crítica, sobretudo, no que concerne as suas pretensões humanitárias, liberais e cidadãs, uma vez que o exercício do direito a cidadania esteve atrelado às concepções hierarquizadas de classe, raça e gênero. Assim, o percurso em direção à cidadania, por intermédio da instrução pública, compreendia, fundamentalmente, os indivíduos brancos, mestiços e do sexo masculino.

Na sociedade goiana Oitocentista, a mobilização de interesses em torno da

criação e da localização das escolas, dava-se, dentre outros aspectos, por conta das representações que orientavam a iniciativa dos pais de família à escolarização de seus filhos, cujo discurso propalado detinha o objetivo de romper com a aversão das famílias de encaminhar seus filhos à escola. Pautado neste princípio, o governo imperial almejava produzir por intermédio da escolarização “corpos dóceis e uteis”, ou seja, disciplinados e sujeitos a lógica do trabalho (SANT’ANNA, 2010, p. 217). Fato que reforça a ideologia do progresso contida nos discursos políticos do período.

Considerações finais

A partir disso, podemos compreender, dentre outras coisas, que o investimento e a importância da escolarização não estavam restritos aos indivíduos que frequentavam a escola. Considerando-se que extrapolaram o ambiente escolar e alcançaram os lares, às famílias e a sociedade de modo geral. Assim, envolveram um maior número de rostos, corpos e mentes conectados ao “projeto civilizador”. A escola, diante do presente cenário, assume o papel de mola propulsora do progresso material e moral da sociedade.

Com efeito, a nossa hipótese central procurou evidenciar que a instrução primária em Goiás, representava a busca pelo progresso e pelo desenvolvimento da região, por meio da escolarização dos indivíduos em resposta a demanda crescente da produção de mão de obra qualificada que pudesse atender o mercado e as necessidades da época. É a partir disso que reside nossa crítica ao tempo progressista, condensado pelo projeto político, que acelerou e institucionalizou a instrução primária em Goiás.

Dessa forma, o processo de institucionalização da instrução primária configura-se como uma parte fundamental da história da educação em Goiás. Apresenta aspectos e interesses políticos, sociais e econômicos que nos possibilita compreender o desenvolvimento da educação frente à ideologia do progresso, da modernização e da técnica. Com isso, o respectivo processo, representa, entre outros aspectos, a oficialização da instrução primária em Goiás. Isto é, trata-se do momento em que surge na legislação vigente da época, constituindo-se historicamente como parte integrante da história da educação em Goiás.

Nesse sentido, podemos concluir que a institucionalização da instrução primária em Goiás, emerge a partir da tensão e articulação entre progresso, modernização e civilização. Esse processo de institucionalização foi estruturado a partir de uma dinâmica social, política e econômica que procurava atender aos interesses e necessidades da elite política e econômica do período. Sendo, fortemente, marcado por um tempo progressista e acelerado calcado no “projeto civilizador” europeu e, de forma geral, no modelo eurocêntrico.

Referências

FONTES

GOIÁS. (1856b). **Regulamento de Instrução Primária**. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, secção de microfilme.

Lei n. 13 de 1835. Primeira Lei Goiana de Instrução Pública: In: **Livro da Lei Goiana**. 1835. Meyaponte: Thytopographia Provincial. Tomo 1.

MEMÓRIAS GOIANAS 3. **Relatórios políticos, administrativos, econômicos,**

sociais, etc. dos governos da província de Goiás. Goiânia: UCG, 1986.

MEMÓRIAS GOIANAS 4. **Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás**. Goiânia: UCG, 1996.

MEMÓRIAS GOIANAS 5. **Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás**. Goiânia: UCG, 1996.

MEMÓRIAS GOIANAS 6. **Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás**. Goiânia: UCG, 1997.

MEMÓRIAS GOIANAS 7. **Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás**. Goiânia: UCG, 1997.

MEMÓRIAS GOIANAS 8. **Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás**. Goiânia: UCG, 1997.

MEMÓRIAS GOIANAS 9. **Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás**. Goiânia: UCG, 1998.

MEMÓRIAS GOIANAS 10. **Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás**. Goiânia: UCG, 1998.

MEMÓRIAS GOIANAS 11. **Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás**. Goiânia: UCG, 1999.

MEMÓRIAS GOIANAS 12. **Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás**. Goiânia: UCG, 1999.

Bibliografia

ABREU, Sandra Elaine Aires de. **A Instrução Primária na Província de Goiás no Século XIX**. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **Instrução pública no Brasil (1500-1889): história e legislação**. Trad. Antonio Chizzoti; ed. crítica Maria do Carmo Guedes. 2ªed. rev. São Paulo: EDUC, 2000.

BRETAS, Genesco Ferreira. **História da Instrução Pública em Goiás**. Goiás: Editora da UFG, 1991.

CAREGNATO, Rita C.A., MUTTI, Regina. Pesquisa Qualitativa: Análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & contexto – Enfermagem**, v. 15, n. 4, 2006 doi: 10.1590/S0104-07072006000400017.

CASTORIADIS, Cornélius. **A instituição imaginária da sociedade**. Tradução de Guy Renaud. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: Edusc, 1999.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizatório: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1900.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na primeira república**. Passo Fundo: UPF, 2010.

FOUCAULT, **As palavras e as coisas**. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1985.

GUARANY, A. L. A.; CERQUEIRA, Thiago Silva. Instrução Pública e Métodos Pedagógicos no Século XIX. In: **Anais VI Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade**. São Cristóvão. IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade. São Cristóvão, v. 1, 2012, p. 01-12.

HILSDORF, M. Lucia S. **História da Educação Brasileira: Leituras**. São Paulo: Cengage-Learning, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: PUC Rio, 1979.

OLIVEIRA, M. F.; ROCHA, L. M.. A Matutina Meyapotense e a questão indígena em Goiás no século XIX. **Outros Tempos**, v. 11, 2014, p. 83-97.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: Princípios e procedimentos**. 4 ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

PESSANHA, E. C.; BRITO, S. H. A. Ensino secundário ou educação secundária? Controvérsias e singularidades na escrita de sua história. **Série-Estudos (UCDB)**, v. 38, 2014, p. 237-250.

SANT'ANNA, Thiago. **Gênero, História e Educação: a experiência de escolarização de meninas e meninos na Província de Goiás (1827-1889)**, Universidade de Brasília, UNB, Tese (Doutorado em História), 2010.

SANTOS, Alessandra de Oliveira. **Entre afirmações e o caos: o Lyceo de Goyas e a instrução secundária oitocentista**. Goiânia-GO. Universidade Federal de Goiás – UFG, Dissertação (Mestrado em História), 2016.

VIDAL, D.; FARIA FILHO, L. M. de. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880/1970). **Revista Brasileira de História**, São Paulo: ANPUH, v. 23, n. 45, p. 37-70, julho 2003.

Recebido em 2018-09-03
Publicado em 2019-04-27